

A GUERRA DE SUCESSÃO DE ESPANHA E A DIPLOMACIA PORTUGUESA

Isabel Cluny

A *Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa*, tal como outras temáticas da política interna e externa dos reinados de D. Pedro II e de D. João V, é um campo relativamente pouco estudado.¹ Na realidade, salvo dois estudos exemplares sobre este assunto, um da autoria de Damião Peres, intitulado *A diplomacia portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha*² e a dissertação de doutoramento de Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*,³ as restantes obras são sobretudo sínteses daquilo que estes investigadores conseguiram apurar.⁴

No primeiro caso, o de Damião Peres, trata-se fundamentalmente de um estudo sobre as posições tomadas pelos diplomatas portugueses nas cortes europeias, face às eventuais alianças a estabelecer. De fora ficou a explicação da conjuntura interna, que levou à ruptura da aliança estabelecida com França em 1701 e à integração na Grande Aliança em 1703. Ferrand de Almeida, por seu turno, deu à estampa uma obra orientada para o diálogo entre a política interna e externa de Portugal, durante o período inicial do conflito. Embora muito esclarecedora sobre alguns dos aspectos que influenciaram a participação portuguesa na guerra, prende-se fundamentalmente com as questões diplomáticas subjacentes à defesa da Colónia do Sacramento, tal como o título da obra indica. Apesar disso, conforme o próprio consideraria, o seu trabalho foi dos poucos que procurou ir mais longe, utilizando não só fontes portuguesas, como espanholas, francesas e inglesas, o que lhe permitiu avançar algumas ideias relativamente aos motivos da participação de Portugal na guerra e as circunstâncias das sucessivas posições políticas do governo português até à adesão final à Grande Aliança. A sua dissertação ao apoiar-se em fontes diversificadas e numa vasta e actualizada bibliografia, acabaria por permitir repensar as questões diplomáticas em moldes diferentes do que até então se fazia, quer nos estudos de Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal*⁵ e *A Diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*,⁶ quer nas obras de Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo [...]* ou nas de Gastão de Melo de Matos, *O Último Almirante de Castela, em Portugal 1702-1705*.⁸

Na verdade este conjunto de obras, algumas de grande envergadura, deram-nos a conhecer os agentes da acção diplomática, bem como as fontes existentes em arquivos europeus dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros relativas a Portugal. Todavia, apesar de fundamentais do ponto de vista documental, estes estudos não abordaram a política externa dos reinados de D. Pedro II e D. João V, na articulação necessária com as opções de política interna.

Isabel Cluny, Centro de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

De certa forma, as lacunas da historiografia relativas à diplomacia e à política externa⁹ destes reinados são uma consequência do vazio historiográfico caracterizador deste período da nossa história política. Consideramos assim que os reinados de D. Pedro II e D. João V, e talvez toda a dinastia Bragança, mereciam um estudo aprofundado, quer sob a forma de biografias dos monarcas e de determinadas figuras de relevo na política do tempo, quer ao nível do funcionamento das instituições do poder central tais como as diversas secretarias, os tribunais, os conselhos de estado, da guerra, da fazenda e outros. Paralelamente, pensamos que importava conhecer bem o funcionamento do exército e da marinha e, uma vez conhecidas as estruturas políticas internas, tornar-se-ia possível estudar a organização das embaixadas na comunicação constante que mantinham com as secretarias de estado, bem como com as diversas figuras que, no reino, ocupavam postos-chave na direcção política.

O estudo da diplomacia durante a Guerra da Sucessão de Espanha seria então a história do diálogo entre Estados envolvidos nas morosas negociações que antecederam a guerra e das negociações que se mantiveram até ao fim do conflito em 1713. Ora, para atingir esse objectivo seria necessário, em primeiro lugar, conhecer as técnicas que usaram os embaixadores e os negociadores a fim de realizarem alianças — por vezes de difícil entendimento nos respectivos países — bem como os métodos utilizados para levar a bom termo as pretensões e os objectivos delineados; em segundo lugar seria útil aprofundar o estudo das ideias de política externa que estiveram associadas às conversações entre os Estados envolvidos na guerra e depois na paz.

Embora este fosse o programa ideal, a difícil execução para um estudo desta natureza, levou-nos a delimitar a temática desta abordagem a alguns aspectos da política interna — balizados entre 1700 e 1703 — que determinaram as opções de política externa; e por outro lado, tentámos esclarecer algumas confusões que frequentemente se continuam a transmitir sobre a diplomacia deste período, nomeadamente no que respeita aos interesses em jogo.

A participação portuguesa na Guerra de Sucessão da Espanha

Vamos a novas mais plausíveis: S. Mag.^{de} Catholica (que nesta corte desde a sua vinda não tem já outro nome nem outro tratamento, e com este o foy reconhecer toda a nobreza e os tribunais todos por ordem de S. Mag.^{de}) fez a sua entrada Dom.^o de tarde (9 do corrente) e bem tarde, não obstante o dar ferro a sua capitania defronte da ponte antes da huma hora; demoras enfim p.^a ajustes de continencias, que vistas a outra luz também são grandezas. [...] Na noute dela assistio á çea toda a corte em presença de huma, e outra S. Mag.^{de} que, então comerão juntas e em publico, o que desde então faz sempre elRey catholico com não menos grandeza que piedade.¹⁰

Assim começa um dos relatos sobre a chegada do arquiduque Carlos III à Península Ibérica, corria o ano de 1704. A sua estada pôs de parte qualquer hipótese de

Portugal se manter afastado do conflito europeu, que começara a delinear-se em 1700, após a morte de Carlos II.

Durante anos, os entendimentos entre as casas reinantes europeias, relativamente à herança espanhola, tinham sido difíceis. A morte anunciada de Carlos II dera aso a múltiplos tratados desde 1698. O primeiro englobava França, Inglaterra e Holanda e previa a partilha do chamado Império espanhol. O segundo tratado, entre as mesmas potências, realizou-se em 1700 e acabaria por integrar Portugal, através de um tratado de acessão. Este novo tratado, que previa entregar a Espanha Ibérica ao filho segundo do Imperador, ou seja, ao arquiduque Carlos, deu origem à reacção indignada do Conselho de Estado espanhol. Os conselheiros totalmente em desacordo com o desmembramento da "monarquia espanhola" — como se designava a confederação de estados com sede em Madrid — induziram Carlos II a redigir um testamento (3 de Outubro de 1700) que deixava todo o Império nas mãos de Felipe de Anjou, neto de Luís XIV, com a obrigação deste renunciar à coroa de França.

Ora, foi o cumprimento deste testamento por parte de Luís XIV (Nov. de 1700), negando os anteriores acordos com Holanda e Inglaterra, que colocou no trono de Espanha o primeiro Bourbon, com o título de Felipe V. O jovem rei diria, anos mais tarde, que ao preparar-se para rumar a Espanha, no ano de 1700, o avô ao despedir-se ter-lhe-ia dito: "Já não há Pirinéus; duas nações, que durante tanto tempo disputaram a preferência, não serão mais de ora em diante que um só Povo: a paz perpétua que haverá entre elas afiançará a tranquilidade da Europa".¹¹

Se foi este o pensamento de Luís XIV, o mesmo não teriam pensado os restantes soberanos que se haviam entendido, pouco tempo antes, sobre a partilha de Espanha. A surpresa inicial impediu-os de protestarem imediatamente contra o incumprimento dos tratados por parte de Luís XIV,¹² mas a atitude bélica do rei de França nas fronteiras dos Países Baixos espanhóis e nos territórios italianos que pertenciam à monarquia espanhola, acabaria por os conduzir à formação da Grande Aliança de Haia em 1701.¹³

A partir de então a guerra parecia inevitável e um simples pretexto — o reconhecimento do pretendente Jaime III, Stuart, como rei de Inglaterra — acabaria por lhe dar início, em Maio de 1702. Em causa estava, para os aliados, a paz e a segurança da Europa, contra as ambições expansionistas de França.¹⁴ A guerra que começara por um conflito dinástico tornar-se-ia, em breve, muito mais do que isso. A segurança das diversas casas soberanas da Europa estava em perigo devido à possibilidade de união entre a coroa de Espanha e França. A preocupação dos países aliados já não se cingia apenas à segurança e estabilidade da Península Ibérica, mas também à sua própria segurança. O domínio Bourbon voltava a pôr em discussão não só a estabilidade da Europa, mas também o domínio dos mercados dentro e fora do continente. Daí todos os soberanos participarem neste conflito com objectivos bem definidos: defender a segurança continental e assegurar a liberdade nos mares.

Portugal, tal como as outras cortes europeias, sentiu também as dificuldades da situação internacional surgidas após a morte de Carlos II de Espanha. Os mais diversos cenários de guerra e de paz foram equacionados, debatidos e objecto de lutas internas, entre 1700-1703, e a prová-lo ficaram-nos os registos das opiniões emitidas por diversos membros do Conselho de Estado.

As Alianças possíveis: a difícil posição de uma pequena potência periférica

Uma Miscelânea existente na Biblioteca Nacional compila as diversas sensibilidades sobre as possíveis actuações de Portugal neste conflito. Nela encontramos expressas as opiniões sobre as vantagens e desvantagens da participação activa de Portugal na guerra, bem como análises rigorosas da situação, por parte daqueles que se encontravam próximos do rei e que equacionavam as alternativas ao dispor do reino.

Em primeiro lugar referia-se a hipótese do apoio ao Império e a Carlos III. Outra das possibilidades formuladas era sustentar o partido francês, na pessoa do Duque de Anjou. Por último, media-se as consequências de se optar pela neutralidade.

Apesar da discussão e das informações contraditórias dos embaixadores que estadeavam nas cortes de Paris, Madrid, Londres e Haia, Portugal acabaria por, um pouco precipitadamente, reconhecer Felipe V e assinar um tratado com França em Junho 1701. Esta atitude desencadeou uma tempestade de ofícios dos embaixadores que detinham um maior conhecimento do que se passava internacionalmente.

Um dos mais activos foi precisamente José da Cunha Brochado que,¹⁵ em Paris, se mostrava extremamente cauteloso com as posições assumidas, aconselhando Portugal a preparar-se para a guerra e só depois decidir por um dos lados em confronto. O aspecto mais curioso do seu pensamento foi ter considerado que, em caso algum, a neutralidade seria uma boa opção, pois essa atitude levaria a que, no final da guerra, nenhum bloco reconheceria o país como amigo.

De facto, a guerra contra França e Espanha, iniciada em Itália no ano de 1702, iria alastrar-se à Península Ibérica, após um ataque mal sucedido a Cádiz. No confronto seguinte, em Vigo (Outubro de 1702), as frotas inglesas e holandesas dizimaram os barcos espanhóis, carregados com a prata vinda da América, contudo, a incapacidade dos aliados se apoderarem de uma base no território espanhol, que permitisse a invasão militar, obrigou a diplomacia inglesa a repensar a guerra na Península e a direccionar todos os seus esforços para alcançar uma aliança com Portugal, que até então permanecia coligado com França. Assim, entre 1702 e 1703, assistimos à ofensiva diplomática inglesa em Portugal.

Após demoradas negociações, e contra todas as expectativas, John Methuen, e o filho Paulo, conseguiram obter a imprescindível aliança. Portugal viria a celebrar um tratado de aliança defensiva com a Grã-Bretanha e os Estados Gerais e outro de natureza ofensiva e defensiva com o Império, Holanda e Grã-Bretanha, em 16 de Maio de 1703, após a ruptura, um tanto escandalosa,¹⁶ do tratado que anteriormente concluíra com França.

Um dado relevante para compreender as hesitações sentidas na altura é discutir-se ainda, na corte de Lisboa, no dia 3 de Dezembro de 1703, se o país assumiria ou não uma posição neste conflito, apesar terem já ocorrido significativas mudanças na política externa portuguesa. A situação era tanto mais paradoxal quanto, poucos dias depois, em 27 de Dezembro do mesmo ano, Portugal se comprometeria definitivamente com a Inglaterra, ao assinar o famoso tratado de Methuen. Também, neste contexto, não deixa de ser curioso que no ano seguinte, em 30 de

Novembro de 1704, ainda surgissem propostas no sentido de declarar Portugal como país neutral.

O parecer do Conde de Castelo-Melhor¹⁷

Como referimos foram diversificadas as opiniões emitidas relativamente às posições a assumir na Guerra da Sucessão de Espanha. Desses pareceres, expressos nos anos anteriores à guerra, o mais claro e realista foi o apresentado, pelo Conde de Castelo Melhor,¹⁸ regressado do exílio em 1687. No parecer que consultámos datado de 1702, sobre a proposta do Enviado britânico, defendia ideias bastante diferentes das ventiladas pelos sectores da corte mais próximos de D. Pedro II.

As questões políticas ligadas à alteração da política externa portuguesa foram perfeitamente esclarecidas por Castelo Melhor, quando afirmou que Portugal devia medir bem o perigo inerente à participação na guerra e recordou que o país se expunha à utilização dos portos pelas nações em guerra:

“Não podia verdadeiramente a Política inglesa, escogitar mayor Industria, para adiantar os progressos das armas e dos príncipes coligados que esta bem requintada intensão: a França e Castella com toda a eficacia e destreza hãde impugnar [...] deste designio prevenindo o grande avizo que esta amiaçando. Porque tendo aquelas armadas (inglesas) os nossos portos onde se refresquem [...] com tanta utilidade e segurança podem infestar o Mediterraneo e o Oceano e invadir os portos de Castella e de França que se achem para aqueles Mares e tambem surgirem nas praias de Itália”¹⁹

Apesar dos inconvenientes da utilização dos nossos portos o conde reconheceu que a aliança inglesa era mais segura para o comércio português pelo que concluiu:

“Enfim, Senhor quem por França se empenha se desempenha. A favor da confederação são a Inglaterra e os príncipes aliados se nos oferecem vantagens porque os grande riscos que evitamos pois, rota a guerra e com tão formidaveis potencias, cessa a condução do consumo dos nossos generos; deseja-se o comércio das nossas conquistas, falta a Portugal aquelas rendas procedidas pelos direitos de alfandegas e com os graves interesses que resultam do transporte dos tabacos pois os Mares ficam para nós inavegáveis e todos expostos à fúria dos inimigos com inconveniente ruina daquele Estado”.

Castelo Melhor lembrou também que o maior perigo para as armadas portuguesas decorria da união dos ingleses e holandeses e acrescentou que o maior obstáculo não era o poder de França, mas o poder nos Mares, o que lhe suscitou a opção pela neutralidade.

“Senhor, não há que recear pelo mar, não farão estragos algum a nossas conquistas, nem embarcações tendo por nossos aliados a Inglaterra e a Holanda e não há poder da França tão formidável como o Mar que nos intimide de sorte, que nos arraste a liberdade[...] porque julgo mais Político e saudavel arbítrio a neutralidade, com este confuso caos[...].

A sua análise da situação internacional e do que estava em jogo ao optar por novas alianças levou-o a afirmar:

“Não convem aos reinos abreviados embarassarem-se em Alianças das Monarchias poderosas [...] não faltam Senhor pretextos para desuadir a Inglaterra de huma proposta pois não foi compreendida nem nos capitulos da Paz, nem nos contractos de matrimónio, nem em outro Pacto [...] também não faltão fundamentos [...] para não aceitarmos a Liga com Castela e a França”.²⁰

A ideia de política externa subjacente ao parecer, no tocante às desvantagens das pequenas nações se aliarem às grandes, aproximava-se muito do discurso britânico. Os ingleses, devido à experiência política das lutas internas, defendiam então que o equilíbrio de poderes, fundamental para a paz e segurança europeia, devia ser o resultado da partilha de responsabilidade entre estados fortes,²¹ contraditando o conceito de segurança posto em prática, anos antes por Richelieu. De facto, desde Vestefália que a Europa praticava o sistema de alianças cruzadas, realizadas entre grandes potências e estados pequenos, como forma de corrigir desequilíbrios de poder. Todavia, como esse sistema de alianças múltiplas, baseado no conceito de *estado-fiador da paz*, acabaria por se revelar tão perigoso para os pequenos estados como o sistema anterior,²² era forçoso que estes reequacionassem o seu papel à luz dos novos poderes emergentes na Europa.

Ora, pelo que nos foi dado observar, Castelo Melhor ao longo do texto que remeteu para o Conselho de Estado, identificou-se com as propostas inglesas em matéria de política externa, nomeadamente ao alertar para as desvantagens das alianças dos pequenos estados com as grandes potências e ao identificar a hegemonia marítima como uma alternativa ao poder continental. Por essas razões, o conde ao concluir o parecer sugeriu ser preferível a neutralidade e no caso de ser insustentável essa posição aconselhou a aliança com Inglaterra.

O texto que acabámos de citar é uma excelente peça sobre a política europeia. Castelo Melhor historiou alguns momentos-chave da diplomacia continental e, paralelamente, fez uma análise notável da política interna portuguesa. Referiu, também, os alinhamentos dos vários sectores da corte e explicou porque uns eram a favor da neutralidade, outros da Liga com França, e outros pela confederação com o Império. Considerou, contudo, que todos se regiam pelo coração e entendimento, tendo uns em conta a conveniência pessoal e outros a utilidade pública. No final acrescentou que a empreitada mais árdua do Príncipe era a capacidade de ouvir os sujeitos que o assistiam, fazendo a anatomia dos seus discursos de forma a conhecer-lhes o coração.

As sensibilidades dos embaixadores relativamente à política de alianças

De início partidário da neutralidade Castelo Melhor optaria seguidamente, como referimos, pela aliança inglesa. Esta posição contribuiu para o aproximar das opiniões perfilhadas pelos Enviados portugueses na Holanda, Espanha e Inglaterra

respectivamente, Francisco de Sousa Pacheco,²³ Diogo de Mendonça Corte Real e D. Luís da Cunha.

Os diplomatas,²⁴ pela natureza das funções que desempenhavam, tinham para além da representação a missão de informar o soberano sobre as movimentações políticas das cortes onde residiam²⁵ e, paralelamente, redigir memórias, ou cartas, nas quais exprimissem opiniões fundamentadas sobre o que observavam. Assim, como as realidades vividas eram diferentes, os ministros portugueses destacados nas cortes europeias acabariam por exprimir posições diversas relativamente às alianças.

José da Cunha Brochado, por exemplo, mostrou-se sempre hesitante ao longo dos anos em que decorreram as negociações. Damião Peres²⁶ demonstrou que este diplomata, inicialmente defensor de uma atitude de expectativa face aos alinhamentos internacionais, acabaria por recusar a *neutralidade de facto*, por a considerar pouco vantajosa no final da guerra, passando a defender uma *neutralidade de direito*. A opinião do diplomata é muito interessante porque remete para a discussão em torno das consequências que advêm às pequenas potências, quando se mantêm alheias aos conflitos internacionais, optando pela neutralidade. Para Cunha Brochado a inacção governativa, que se podia confundir com neutralidade, era apenas útil aos comerciantes e por isso avisou: "A liga tem os seus riscos a neutralidade não tem menores consequências [...] mas vejo que da nossa neutralidade não havemos de tirar mais que huma vantagem passageira [...] Melhor fora fazer a neutralidade por tratado para ao menos nos deverem alguma obrigação".²⁷

Na altura Cunha Brochado não foi ouvido e, por essa razão, continuou a enviar ofícios que hesitavam entre a coligação com França ou a aliança com Inglaterra. O seu conselho só viria a ter seguidores anos mais tarde quando Portugal, perante o conflito internacional gerado pela guerra de Independência dos Estados Unidos, optou por estabelecer um tratado de neutralidade armada com a Rússia.

Igual tentativa de influenciar o rumo dos acontecimentos teve Francisco de Sousa Pacheco. Claro apoiante da Grande Aliança, o embaixador na Holanda, enviou numerosos ofícios no sentido de demonstrar a inevitabilidade da guerra e ao ser informado, em 1701, sobre o tratado entre Portugal e França mostrou o mais vivo desacordo:

"[...] me parece ser minha obrigação dizer mais particularmente o estado em que se achão as cousas [...] Esta Republica não deseja a guerra mais que pela sua segurança e ainda que vê os males que ella lhe pode trazer, se lisongeão do grande trabalho que França hade ter para deffender todas as suas costas e as de Espanha e segurar as Indias não podendo pôr no mar tantos navios como Inglaterra e Holanda [...] do que venho a julgar que tendose por certo que França não podendo guardar o próprio, cuidara menos em auxiliar o alheio e como as nossas conquistas são muitas, muy separadas e muy distantes, a deffensa delas sera difficultosa, quando entremos no seu partido[...]"²⁸

A avisada posição que Sousa Pacheco emitiu da Holanda não colheu imediatamente apoios na corte portuguesa, onde alguns ministros procuravam ainda

influenciar o rumo dos acontecimentos, uns a favor de França, outros ao lado da Grande Aliança. A confusão parece ter-se instalado, quando o Parlamento inglês optou finalmente pela declaração de guerra. Precipitadamente a secretaria de Estado ordenou o regresso de D. Luís da Cunha da corte londrina, ordem que ele não cumpriu por entender que seria manifestar o fim da amizade entre as duas coroas e como tal pôr em risco o comércio e o entendimento entre os dois povos.

A posição inicial de D. Luís da Cunha ia no sentido que o melhor para Portugal era "vender" a sua neutralidade,²⁹ embora com o tempo mudasse de opinião e se tornasse um dos defensores da participação na guerra ao lado dos aliados, consciente que a Grande Aliança, celebrada em 1701, tinha por objectivo não só colocar no trono de Espanha o arquiduque Carlos, com o título de Carlos III, mas também pretendia defender a liberdade de navegação e do comércio.

Perante a observação da nova realidade europeia tanto D. Luís da Cunha como os outros representantes diplomáticos portugueses mostravam-se, cada vez mais, inclinados a abandonar a aliança com França. Os diplomatas, embora atentos às dificuldades em romper com os tratados anteriormente celebrados com França (18 de Junho de 1701) foram-se apercebendo, gradualmente, das vantagens em aderir à Grande Aliança e uma vez concretizada a ruptura com o bloco Bourbon, empenharam-se em justificar o não cumprimento dos compromissos firmados. Exemplo paradigmático dessa posição foi precisamente D. Luís da Cunha, Enviado Extraordinário em Inglaterra. A sua correspondência para José da Cunha Brochado, Enviado em Paris, apontava os meios de que este se poderia socorrer para romper com os franceses "sem escândalo aos olhos do Mundo" e reflectindo, em 1716, sobre a situação que se tinha vivido em Portugal diria:

"todas as Regras e as suas Limitações provem de hum só principio, o qual suppoem que sendo as obrigações que hum Principe ou hum Estado tem contraído com os seus Vassallos não so mais antiga, mas ainda muito mais estreita do que aquella que contrata com estrangeiros, não deve arriscar a segurança dos primeiros para socorrer aos segundos".³⁰

No fundo, passados anos, as palavras de D. Luís da Cunha não diferiam muito dos princípios já enunciados por Castelo Melhor. Na *Tradução e Paraphrasi dos Tratados de Paz*, à sua concepção de acção governativa, tanto em matéria de política externa, como interna, estava subjacente um pensamento político tradicionalista.³¹

As clivagens internas e as opções externas

As opções políticas tomadas ao longo do reinado de D. Pedro II, e depois de D. João V, acabariam por dar às questões internacionais um peso determinante, obrigando a aristocracia de corte, com ou sem assento no Conselho de Estado, a definir-se em função dos seus alinhamentos externos.³² Vejamos quais os pólos aglutinadores das diversas tendências aristocráticas e como se organizavam.

Em primeiro lugar, e com destaque surge o Conde Castelo Melhor, que não

pertencia ao Conselho de Estado. Pelas posições assumidas seria identificado como o defensor mais destacado do "partido Inglês", embora o próprio se pensasse como neutral ou preferisse transmitir essa imagem. Como ele pensavam o Conde de Atalaia e o Marquês de Minas, ambos do Conselho de Guerra, e favoráveis à participação na guerra integrada na Grande Aliança.

Depois aparece a figura do Duque de Cadaval,³³ membro influente do Conselho de Estado, que sempre se manifestou contra apoio à Grande Aliança, tornando-se o mais persistente defensor do bloco Bourbon, secundado aliás pelo secretário Mendos de Fóis e pelo Cardeal de Souza enquanto viveu. Também se contavam entre os defensores da coligação com França o Marquês de Marialva³⁴ e o Conde de Viana.³⁵

Por fim, surge a figura mais discreta, mas influente do outro conselheiro de estado, 1.º Marquês de Alegrete. Ao seu lado costumava-se posicionar o Conde de Alvor,³⁶ terceiro e último elemento do Conselho de Estado, nos anos anteriores à guerra. Ao longo dos vários anos em que se discutiu no Conselho de Estado os possíveis alinhamentos externos de Portugal, o marquês de Alegrete sempre se manifestou a favor da neutralidade. Nunca viu com bons olhos a aliança com França,³⁷ mas também não foi um entusiasta da adesão à Grande Aliança. Todavia, as dificuldades vividas no país entre 1702 e 1703, e a decisão posterior do monarca, obrigaram-no a negociar uma aliança ofensiva e defensiva que, aparentemente, nunca fez parte dos seus planos. Apesar da atitude distanciada, assumida diversas vezes nos Conselhos de Estado, anos mais tarde, Alegrete seria identificado como "imperialista", juntamente com os dois filhos, o 3.º Conde de Vilar Maior e o 4.º Conde de Tarouca. A acusação tem possivelmente origem nas missões diplomáticas desempenhadas pela casa Alegrete/Tarouca, quando das alianças matrimoniais de D. Pedro II e depois de D. João V,³⁸ e posteriormente no congresso de Utreque.

Uma vez identificadas as opções políticas das facções aristocráticas e os seus representantes mais destacados,³⁹ podemos resumir em poucas palavras a realidade vivida então. Ao "partido francês, ou continental", pertencia o Duque de Cadaval e alguns sectores da nobreza. Motivava-os a questão da defesa continental, assegurada no seu entender pelo tratado firmado em Junho de 1701 com França. Paralelamente, consideravam vantajosas as concessões territoriais concedidas por Luís XIV, na Índia e no Brasil, nomeadamente a posse da colónia do Sacramento; por fim pretendiam a mediação do monarca francês nas negociações que decorriam ainda com Inglaterra e Holanda, relativamente às dívidas de Portugal.

O Conde de Castelo Melhor, apesar de afastado dos cargos públicos, assumiria a defesa da facção que pretendia a integração na Grande Aliança, juntamente com o confessor do rei⁴⁰ e Roque Monteiro Paim,⁴¹ que no final de 1702 mantinham já essa posição. A coesão deste grupo resultava da certeza que a Grande Aliança era o único bloco com possibilidade de impedir uma invasão por terra ou ataques às frotas no mar. Numa palavra pensavam que os aliados podiam assegurar a defesa do Império. Por outro lado, defendiam que o entendimento com essas potências permitia pensar o comércio com o norte da Europa em novos moldes. Equacionavam também a hipótese de se estabelecer um acordo que fosse vantajoso em termos territoriais, nomeadamente através da concessão de barreiras de segurança.

Por fim, surgiam os defensores da neutralidade que tinham como figura de proa o Marquês de Alegrete. À forte e ampla corrente defensora da neutralidade, pertenciam também grande parte dos comerciantes, a Casa dos Vinte e Quatro e, nos anos que antecederam a guerra e por razões diferentes, como já fizemos notar, os enviados de Portugal em Londres, Haia e Madrid.⁴²

Estes últimos temiam, no entanto, que essa opção implicasse um isolamento de Portugal em matéria de política externa, contrariando de certo modo as directrizes pelas quais vinham lutando desde 1640, ou seja, a aceitação de Portugal como soberania em pé de igualdade com as demais soberanias europeias. Como referimos, a neutralidade era um conceito um tanto ambíguo, pois tanto podia ser entendida como não participação no conflito, como podia ser um tratado estabelecido entre Portugal e os blocos em confronto, de modo a retirar vantagens para o reino desse estatuto de nação não beligerante.

Como é fácil concluir, a complexidade da situação política deu origem às hesitações e ambiguidades que tomaram conta da totalidade da sociedade portuguesa e por essa razão qualquer opção teria que contar com a figura arbitral do rei.

D. Pedro II: a força de uma decisão

O monarca, casado pela segunda vez com Sofia de Neubourg — filha do eleitor Palatino e trazida para Portugal pelo Conde Vilar Maior (1.º Marquês de Alegrete após a missão) e pelo jovem João Gomes da Silva, futuro 4.º conde de Tarouca — mostrou-se mais interessado, a partir de certa altura, em apoiar o pretendente do Império, do que o candidato francês.

Segundo David Francis,⁴³ D. Pedro II predis pôs-se a apoiar a Grande Aliança a partir do momento em que compreendeu a força naval de que dispunham os aliados. Esse momento foi, precisamente, quando os aliados derrotam a armada franco-espanhola ancorada em Vigo.

À nova inclinação não deve ter sido alheio também o desejo de liderar um exército contra a Espanha, bem como a influência do Almirante de Castela, Tomás Henrique de Cabrera,⁴⁴ chegado a Lisboa em Outubro de 1702 e considerado pelos contemporâneos o grande instigador da participação de Portugal ao lado dos Habsburgos.

O dilema que se punha era, como já referimos, optar pela guerra ou pela não intervenção. Isto é, integrar uma das partes em conflito ou optar pela neutralidade. Ao rei parece ter cabido a última palavra na decisão final.⁴⁵ D. Pedro, escudado nos últimos pareceres emitidos pelos mais reputados embaixadores portugueses nas cortes europeias, acabaria por optar pela Grande Aliança,⁴⁶ contrariando os pareceres dos dois elementos mais influentes do Conselho de Estado. As razões invocadas pelo soberano português para a ruptura com França e adesão à Aliança vieram a público através do "Manifesto de el-rei D. Pedro II em que se justifica a resolução que tomará de ajudar a nação espanhola[...]". datado de 1704. Aí são apontadas

razões expressas para a mudança de aliança. Em primeiro lugar a enorme insegurança causada pela possibilidade de uma união das coroas de Espanha e de França, pondo em risco a estabilidade do reino e do Império, visto que Luís XIV, ao contrário do que prometera nos tratados de 1701, mudara de atitude, sendo sua única intenção reunir a "monarchia hespanhola à franceza. Deixando a seu neto apenas o nome de rei, chama a si toda a autoridade; entrega aos francezes a administração da fazenda pública".⁴⁷ Em segundo, lugar D. Pedro invocava o descontentamento dos Grandes de Espanha ao serem preteridos pelos nobres francezes e que se algum "ousava reclamar contra a infracção das leis patrias e dos privilegios da nobreza, era desterrado [...] os suspeitos de terem favorecido a casa d' Austria, por mais nobres que fossem não escapavam de ser perseguidos [...]".⁴⁸

Por último, o rei português alertou para o incumprimento dos tratados realizados havia pouco tempo. Segundo o tratado, Luís XIV devia auxiliar os portugueses com forças de mar e de terra, quando "por motivo d'esta aliança os inglezes e holandezes fizessem alguma tentativa contra Portugal e as suas provincias ultramarinas; deixava-se ao arbitrio de Sua Magestade El Rei de Portugal determinar a qualidade e numero d'essas forças auxiliares e requizital-as quando quizesse. [...] apesar de instado muitas vezes para expedir os socorros a tempo, [...] so mandou alguns poucos navios. [...] el rei de Portugal entendeu o que se passava e mandou pelo seu embaixador em Paris [...] declarar formalmente ao Rei de França que se não viesse o conveniente numero de navios e tropas antes de aportar a Lisboa a esquadra alliada não podia fechar os portos [...] e que se considerava desligado do tratado se o Rei Christianissimo não cumprisse as suas condições." O manifesto acrescentava finalmente que: "Dissolvido o tratado e continuando os francezes a dar os maiores indicios de haverem de reunir os dois estados, e pelo contrario soffrendo os hespanhoes cada vez mais impacientemente o jugo francez, determinou sua Magestade El Rei de Portugal prestar attenção ao embaixador do Imperador e aos de Inglaterra e Hollanda, que ha muito o convidavam para a aliança".⁴⁹

Expostas assim claramente as razões da mudança de campo político, falta analisar o que ficou por dizer, ou seja as razões ocultas. Entre estas podemos apontar de imediato a necessidade de prata, que obrigou a lutar pela posse da colónia do Sacramento, território que aliás os ingleses se apressaram em garantir, caso D. Pedro II abandonasse o lado francês. Outras preocupações teriam sido sem dúvida as questões do comércio e ouro do Brasil. De facto, não podemos esquecer que a partir desta altura, começariam a chegar regularmente os carregamentos do ouro brasileiro, que se revelariam vitais para a economia portuguesa nas décadas seguintes e, talvez, uma das razões porque Inglaterra pugnou tão acaloradamente pela integração do reino na Grande Aliança.⁵⁰

Assim, assegurar o negócio da prata, do tabaco e do ouro, bem como do comércio com todo o Império, estariam entre as razões passíveis de serem apontadas como fundamentais na viragem política e diplomática de Portugal, em 1703, viragem esta, nunca é demais repeti-lo, que teria como protagonista fundamental o monarca, como seria aliás de esperar numa sociedade em que os Negócios Estrangeiros não tinham ainda autonomia e dependiam totalmente do soberano, mesmo em países como a parlamentar Inglaterra. Todavia, e apesar da vontade do rei se

inclinam-se para a integração na aliança inglesa, os membros do Conselho de Estado, incluindo o marquês de Alegrete, continuam-se a manifestar a favor da neutralidade. David Francis recorda até que o Marquês, para fugir à responsabilidade da decisão, se afastou de Lisboa invocando uma doença. Por seu turno, o Duque de Cadaval, contrariado com o novo alinhamento internacional tentou, a partir de então, obstruir as negociações entre Portugal e os membros da Grande Aliança.

A posição do Duque de Cadaval

D. Nuno Álvares Pereira de Melo,⁵¹ já em 7 de Novembro de 1702 se tinha mostrado céptico face às propostas aliadas, e apresentara ao soberano as suas razões. No parecer que emitiu destacou a impossibilidade de Espanha assistir a uma sublevação a favor do pretendente austríaco — ao contrário do que sugeria o Almirante de Castela, Tomás Henrique de Cabrera — e propôs que Portugal se preparasse primeiro para a guerra e só depois pensasse em aderir à Liga.

Outro exemplo da posição assumida pelo Duque foi o parecer que apresentou no dia 5 Fevereiro de 1703, em pleno Conselho de Estado, no qual exprimiu as reservas à entrada na Liga, alegando ter dúvidas quanto às vantagens de uma coligação com Inglaterra e Holanda, bem como do sucesso aliado na guerra de Itália. Uma das preocupações transmitidas era relativa à possibilidade de países protestantes virem a possuir terras no Novo Mundo, concedidas pelo arquiduque, pondo em causa o zelo católico e tornando-se árbitros da Europa: “[...] e tem elle Duque por certo que se o catholico zello de Vossa Magestade não considera isto assim fugindo de que os hereges possuisssem as terras Catholicas seria certo que não mandasse sua Magestade ouvir D. João de Mettuen nem responder lhe agora se vê claramente o que elle Duque considerou no seu voto porque os Ingleses e Holandeses à reveria do Emperador já não querem que as Indias de Castella sejam para o Arche-duque mas suas para desfrutarem aquelle vastissimo Imperio e pregarem nelle as erradas Ceitas de Lutero e Calvino e ultimamente para ficarem arbitros de toda a Europa”⁵²

Depois deste parecer D. Nuno Álvares Pereira de Melo voltou a referir-se ao assunto numa nota que escreveu sobre a ratificação dos Tratados datada de 8 de Outubro de 1703. Nela levantava algumas dúvidas em relação ao tratado com os Estados Gerais, enquanto que relativamente ao tratado com o Império se manifestava favorável à sua ratificação.

Apesar de D. Nuno Álvares Pereira de Melo ter reconsiderado em parte a sua posição, convém não esquecer que no dia 30 de Junho de 1703, ou seja mais de um mês depois da realização dos tratados, fez uma última tentativa para obstruir as negociações, ao sugerir a possibilidade dos negociadores portugueses terem sido subornados pelo enviado inglês.

Ao que consta, na sequência de uma visita a Rouillé, embaixador de França, com o objectivo de obter informações sobre a prisão de Waldstein,⁵³ cujo navio fora

capturado pelos franceses juntamente com a documentação sobre as negociações entre os aliados e Portugal, o duque teria elaborado um relatório onde acrescentou as palavras que lhe foram transmitidas pelo embaixador de França:

“aqui verá V. Ex.^a como eu devo folgar que Sua Magestade, não quizesse ouvir a ElRey meu Senhor e Lendo me a carta dizia, que for a merce de Deoz não o querer Sua Magestade ouvir, porque as duas audiencias ultimas, antes desta, Logo soubera tudo, o que elle mesmo havia dito a Sua Magestade pelo Escoberg, o Almirante e o Inviado de Inglaterra; o qual para se lhe dizer, fora chamado, por quem lhe tinha revelado tudo, hũa Noute bem tarde, que Dom Andre de Mulina, Criado do Almirante havia dado a fulano, hum peitilho de Esmeraldas muito Rico E | 222 | recebido em gratificação do presente hum Anel de Diamantes de muito valor, e que *ambos os Menistros eram muito da Confiança de Sua Magestade*. Disse me então, aqui o que escapou o segredo de meu amo, que sabido de Escomberg, do Almirante e de D. Paulo que ficaria tudo frustado, torney a instar a ver se o podia moderar, tornou me a dizer que estava agradecido a Sua Magestade; e não quis dar mais abertura ao negocio, nem me pareceo que estava em termos de mais instancia”.⁵⁴

Mais interessantes que estas palavras são as notas escritas pelo próprio punho do Duque de Cadaval, relativas à frase sublinhada por nós no documento acima citado. “Os menistros erão Roque Monteiro e Mendo de Foyos o dyse a sua magestade emcomendo me não escrevesse os nomes dos tays menistros na conferensya e per esta razão o deixey de fazer”.

Estas notas laterais são particularmente curiosas porque, por um lado, Mendos de Fóios sempre foi considerado próximo dos franceses e o ataque de apoplexia que o acometeu em 1702 afastou-o parcialmente das negociações, sendo substituído por Roque Monteiro Paim e por José de Faria,⁵⁵ esses sim, próximos da Grande Aliança. Por outro lado, as anotações do Duque de Cadaval confirmam a ideia que teria sido um dos mais tenazes opositores da aliança inglesa⁵⁶ acabando, contudo, por se conformar com a decisão tomada por D. Pedro.

Outro aspecto, que não podemos deixar de assinalar é ter sido o Duque um dos primeiros membros do Conselho de Estado a tomar conhecimento do teor dos tratados secretamente negociados entre Portugal e Inglaterra. Talvez por isso teve o cuidado de os anotar ao lado:

este escryto me derão em pedrousos com os tratados â uma ora depois da meia noyte [...] devendo asynalos os plyniponsyaryos delles da secretaya e selados com os seus secretos na forma estylo o que não fys pela muyta presa com que se pedyão e sem os ler os asyney e pelo rysco que podyão ter mandey o soldado com cryado meu.⁵⁷

As suas palavras denotam a preocupação em se desvincular das posições políticas assumidas pelo rei e pelos membros do Conselho de Estado e da Guerra, e por outro lado, marcam a vontade de se afastar das negociações com a Grande Aliança, afastamento esse que acabaria por enfraquecer a sua posição na corte. Com efeito, quando ficou decidido o alinhamento de Portugal e foi necessário escolher os negociantes dos tratados de aliança, as posições assumidas pelo duque de Cadaval ao longo de todo o processo tiraram-lhe credibilidade, não tendo por isso sido

indicado como conferente junto dos aliados, tomando o seu lugar o marquês de Alegrete, designado como negociador junto de John Methuen e Franciscus van Schonenberg.

Até ao momento passámos em revista as posições dos embaixadores portugueses, nas cortes europeias, face à Guerra da Sucessão de Espanha. Seguidamente analisámos as clivagens internas, a posição do Duque de Cadaval e o papel arbitral do monarca. Agora passaremos a estudar os perfis dos conferentes do marquês de Alegrete e dos elementos da corte portuguesa que o acompanharam durante as conversações e assinatura do tratado.

Os negociadores dos tratados de 1703

O primeiro, John Methuen, representante da Inglaterra, chegou pela primeira vez a Portugal em 1697 enviado pelo rei Guilherme, sendo posteriormente confirmado pela sua sucessora a rainha Ana. Apoiado pelos *whigs*, e originário de uma família que conhecia bem o negócio dos tecidos de lã de Inglaterra com Portugal, mantinha relações com a grande finança e os círculos de comércio londrino. Em 1691, tinha ocupado o lugar de *Master Of Chancery* sendo apontado, durante algum tempo, como um homem desprovido de atributos sociais para representar o soberano como embaixador.

Franciscus van Schonenberg representou inicialmente a Inglaterra e depois a Holanda durante os 20 anos em que se manteve como Enviado em Madrid. O desempenho daquela envidatura fez dele um profundo conhecedor da Espanha "Spanish citizen by reason" embora, como também afirma David Francis, o seu nascimento em Antuérpia fizesse dele "Englishman by King William and presumably also had Dutch nationality".⁵⁸

A origem familiar do embaixador holandês assume capital importância para o conhecimento do seu perfil, pois segundo as informações recolhidas, Schonenberg, provinha de uma família espanhola que adquirira em 1519 o título de senhores de Belmonte, localidade da Beira portuguesa. Posteriormente, alguns familiares serviram o rei de Espanha na Flandres usando indiscriminadamente o nome de Belmonte ou Schonenberg.⁵⁹ Os pais do diplomata viveram desde sempre em Amesterdão, onde eram conhecidos por praticar o judaísmo, porém o filho, Franciscus Schonenberg ou, se preferirmos, Abraham Belmonte, por ter sido educado junto de um primo, em Madrid, enveredou pela religião católica. A ambiguidade do seu percurso e a versatilidade da sua personalidade levou os Estados Gerais a escolhê-lo como seu representante primeiro em Espanha, depois em Portugal.

Foi como estes dois diplomatas de raízes sociais, culturais e até religiosas tão diferentes das suas que o marquês de Alegrete negociou os tratados da Liga.

Pouco tempo depois chegaria Waldstein, representante do Império, que negociou directamente com Roque Monteiro Paim, Secretário de Estado e presidente da Junta da Inconfidência.

David Francis traçou um retrato de Roque Monteiro que nos permite antever um homem de leis, com aspirações em matéria literária, adversário confesso dos judeus, contra os quais teria escrito um libelo na sua juventude. O perfil de Roque Monteiro não era pois de molde a ser considerado um bom interlocutor para Schoenberg; todavia, ao contrário do previsto, acabariam por se tornar amigos, tal como aconteceria em relação Methuen, com quem inicialmente Roque Monteiro teria antipatizado.

Outro homem influente em Portugal e figura de relevo ao longo das negociações foi o confessor do rei, Padre Sebastião de Magalhães, cujas posições se revelaram de certo modo ambíguas, pois sendo um dos defensores da aliança com França em 1701,⁶⁰ talvez influenciado pela correspondência que mantinha com José da Cunha Brochado, acabaria por desejar a mudança para o campo aliado. De facto, até 1700 o embaixador francês, Rouillé, considerava-o um homem de espírito e um bom português, não temendo a sua correspondência com os jesuítas austríacos; contudo, pouco tempo depois, as informações que lhe foram transmitidas pelo bispo de Hipónia, D. António Botado devem-lhe ter causado alguma preocupação. Segundo L. Ferrand de Almeida o bispo, irmão do secretário de estado Mendos de Fóios⁶¹ foi o responsável pelas as informações que Rouillé obteve a respeito do padre Sebastião de Magalhães, nomeadamente sobre a sua posição em matéria de alianças. D. António Botado acusava o padre Magalhães de estar condicionado aos interesses comerciais da Companhia de Jesus nas Índias e por essa razão preferir uma solução de não conflitualidade com Inglaterra ou Holanda. Pouco tempo depois as suspeitas confirmar-se-iam, pois o confessor do rei, tido como pró-francês até então, acabaria por optar abertamente pela neutralidade e depois pela adesão à Grande Aliança.

A mudança de opinião do Padre Magalhães deu azo ao envio de uma nova informação de Rouillé, alertando a corte de Paris para a enorme influência que o confessor exercia sobre o espírito do rei. A mesma informação foi reiterada pelo cônsul francês em Setembro desse ano.⁶²

Há, no entanto, outra explicação possível para este membro da Igreja ter mudado a sua posição em matéria de alianças. Segundo o conde de Povolide poder-se-ia encontrar essa explicação na influência que os jesuítas, que acompanhavam o almirante de Castela, teriam junto do confessor real, e que teria sido determinante na alteração do rumo da política externa portuguesa.⁶³

Por fim e para concluir a apresentação das figuras que negociaram o Tratado de Aliança, resta traçar o perfil de Mendos de Fóis Pereira,⁶⁴ de quem se dizia ter obtido lucros no tratado com França.⁶⁵

Segundo David Francis, ao longo do tempo em que duraram as negociações entre Portugal e Inglaterra, Mendos de Fóis Pereira ter-se-ia tornado amigo de Methuen. Diferente opinião exprimiu Luís Ferrand de Almeida, ao confirmar que Mendos de Fóis fora afastado das negociações em 1702 — devido aos ataques de apoplexia que o deixaram quase paralisado — vindo a ser substituído por José Faria. Este último, também Secretário de Estado interino e com uma passagem pelas cortes europeias, foi referido na época como pró-francês pela diplomacia inglesa,⁶⁶ mas a documentação consultada aponta no sentido inverso, ou seja, enquanto

Enviado, José de Faria defendeu a neutralidade. Mais tarde, tal como outros, optaria pela adesão à Grande Aliança. Todavia, convém não esquecer que a sua intervenção nas negociações com Inglaterra foi relativamente modesta, já que estas estavam bastante adiantadas quando assumiu o lugar.

Passados em revista os perfis dos principais negociadores dos tratados (liga ofensiva e defensiva e tratado comercial), bem como as posições que assumiram, temos que reconhecer que este conjunto de homens, que integravam o Conselho do Estado ou o governo, quando foram chamados a decidir sobre os destinos políticos de Portugal tiveram em conta diversos factores pondo de lado, por vezes, posições pessoais.

Algumas acusações frequentes

As opiniões manifestadas pelos principais intervenientes (diplomatas, conselheiros de Estado, membros do governo, confessor) durante o tempo que duraram as negociações, primeiro com França, e depois com Inglaterra, tiveram em consideração em primeiro lugar ser o país uma nação pouco poderosa face aos blocos que se constituíram como rivais. Isto é, consideraram o estatuto de nação periférica que Portugal ocuparia.⁶⁷ Depois avaliaram o perigo do ataque espanhol nas fronteiras continentais, sem esquecerem a necessidade de segurança no Império. Qualquer deles estava consciente do perigo que espreitava os navios e comércio português, que a qualquer momento podiam ser atacados, quer por franceses, quer por ingleses ou holandeses.

Assim, as mudanças de opinião de cada um, ao longo dos dois anos em que se discutiram as alianças, parecem ter sido causadas mais, por hesitações sobre qual a melhor escolha para o reino, do que por corrupção dos elementos em causa, como então se murmurou.⁶⁸

David Francis, adianta mesmo que embora os subornos na altura fossem usuais, como demonstra, aliás, Lucien Bély,⁶⁹ os ministros portugueses não foram particularmente venais.⁷⁰ Por outro lado, também afirma que o negociador inglês, John Methuen, não era subornável, pelo menos directamente.

A mesma opinião exprime L. Ferrand de Almeida quando afirma: "o suborno, quando provada a sua existência, será um elemento de maior ou menor peso, a ter em conta, mas é impossível explicar só por ele tratados ou negociações que resultaram de factores bem mais complexos e dependeram da acção dos homens".⁷¹

De facto, Methuen, referindo-se na altura aos diplomatas portugueses salientaria a forma tenaz como defenderam as pretensões de Portugal e acrescentaria que tal como os generais, os diplomatas eram eficazes no seu ofício.⁷²

As negociações para a concretização de tratados da Liga entre Portugal e os países da Grande Aliança foram morosas. Em primeiro lugar porque, a partir de certa altura, se acentuou a desconfiança que os embaixadores da Holanda e Império nutriam por Methuen, o que dificultou o andamento das negociações. Talvez

por essa razão o monarca português, ao aperceber-se dos atritos existentes entre as forças aliada, por um lado, e das resistências de alguns elementos da corte por outro, negociou secretamente com o representante inglês, o que terá levado este último a escrever para Londres: "I must appear no more in this court, for not communicated to the ambassador Schonenberg my secret treating with the King, nor the whole matter to the Marquis de Alegrete".⁷³

A morosidade das negociações teve origem, em segundo lugar, no desentendimento que durante largo tempo houve entre os países aliados, no tocante às concessões a fazer à coroa portuguesa.

Com efeito, quando Portugal apresentou aos diversos embaixadores estrangeiros as suas pretensões para integrar a liga, Waldstein considerou-as, de imediato, exorbitantes e queixou-se para a corte imperial do poder imenso que dispunha o Marquês de Alegrete, a quem considerava responsável pelas exigências apresentadas. Este facto, por si só, dificulta considerar justa a acusação de "pró-imperialista" que pendia sobre o Marquês e restantes familiares, pelo menos na altura da elaboração dos tratados.

A fim de acelerar o processo negocial, Methuen, ao arrepio dos outros embaixadores negociou secretamente com D. Pedro II a quem propôs, como contrapartida da sua participação na aliança, praças na Estremadura e pagamentos de subsídios que ajudariam a resolver a insustentável situação económica do reino.⁷⁴

Mediante as vantajosas contrapropostas inglesas de apoio económico, militar e diplomático e as inúmeras diligências britânicas no sentido assegurar a Portugal uma barreira de segurança no continente, bem como a protecção do comércio e do Império, ficou decidida finalmente a aliança com Inglaterra. A decisão parece ter sido, como já referimos, tomada unicamente pelo monarca, depois de alcançadas as garantias que sempre desejava.

Uma vez acordadas as principais reivindicações, tais como: a preeminência do comando português nas operações conjuntas das armadas portuguesa, inglesa e holandesa (art.º 20); a questão do sal, relativa ao montante de indemnização ainda em dívida à Holanda (baixou de um milhão para 850.000 cruzados); e a questão dos efectivos pedidos por Portugal (mantiveram-se os efectivos, tendo-se reduzido apenas o montante dos subsídios pretendidos, de três milhões para um milhão e meio), D. Pedro nomeou os comissários para a assinatura do tratado. A escolha recaiu sobre o duque de Cadaval, o marquês de Alegrete, o conde de Alvor, Roque Monteiro Paim e José de Faria. Na opinião de Ferrand de Almeida estes últimos, em harmonia com o soberano, orientaram as negociações, pois o marquês de Alegrete nunca deixou de se mostrar adverso ao tratado, tendo mesmo dado azo, como salientámos, às lamentações de Methuen sobre as dificuldades negociais, bem como às críticas de Waldstein. A serem verdade os desabafos do embaixador imperial, e as lamentações de Methuen, os rumores que posteriormente correram sobre a forma pouco cuidadosa, ou menos honesta de Manoel Telles da Silva negociar as alianças, nomeadamente o tratado comercial, caem por terra, não só porque procurou dificultar as negociações, como também foi pouca a sua responsabilidade na fase final do acordos.

As sensibilidades na corte e no país

Apesar das resistências que encontrou na corte, Methuen transmitiu para Londres que o sentimento comum dos portugueses face à Guerra da Sucessão de Espanha era de apoio à Grande Aliança. Nos despachos enviados sugeriu mesmo que a maioria da população estava ao lado do arquiduque, o que não era de estranhar dado o sentimento anti-espanhol que subsistia em determinados sectores da sociedade portuguesa. No entanto, o embaixador inglês teve o cuidado de alertar para as hesitações dos membros da corte. Na sua opinião, as hesitações eram consequência da composição do governo, que estava nas mãos de uns poucos possuidores de grandes fortunas, já bastante idosos, que não ignoravam que a guerra, nos novos moldes em que iria decorrer, lhes faria perder o controlo da situação política e social.

Esta informação do embaixador inglês é das mais relevantes, pois permite-nos encontrar a explicação para as numerosas hesitações dos membros mais antigos do Conselho de Estado,⁷⁵ apresentados quase sempre como partidários de França ou rotulados, como fez Borges de Macedo, de partido continental. Com efeito, de avançada idade, muitos destes elementos sabiam não poder partir à frente dos exércitos⁷⁶ e recolher os louros de uma campanha heróica ou pelo menos honrosa. Temiam também as posições de retaguarda que lhes seriam distribuídas. Sabiam por experiência que sobre eles recairia o ónus das dificuldades militares pelas quais passaria necessariamente o exército português. Sem honra, sem reconhecimento dos serviços não havia engrandecimento. Ao contrário do que acontecia com o rei, que via na guerra uma forma de controlar os apetites aristocráticos e as divisões internas, os conflitos externos eram pouco vantajosos para alguns *Grandes* do reino. Pelo contrário, o isolamento, ou se preferirmos a neutralidade, permitia-lhes o controlo social sobre as Casas existentes e, nessa medida, as suas posições mostravam-se cautelosas. Temiam, por um lado, a mobilidade social provocada pela guerra e, por outro, a falta de protagonismo quando chegassem ao reino os exércitos aliados e as chefias os ostracizassem.⁷⁷

De facto, em Portugal, os postos superiores do exército e os comandos militares tinham até à data sido monopolizados por uma elite restrita de nobres, que não ignorava que só dificilmente poderiam rivalizar com a formação das chefias militares aliadas. Não foi certamente por acaso que os filhos de dois elementos destacados do exército português durante a Guerra de Sucessão de Espanha, justamente o marquês de Minas e o conde de Atalaia, serviram nos exércitos imperiais antes de iniciada a guerra entre Portugal e Espanha, (antes de Abril de 1704), tendo ganho experiência e contactado com novas formas de combater.⁷⁸

Se Methuen expôs tão claramente as reservas sentidas pelos elementos que compunham o Conselho de Estado, em relação à participação na Guerra da Sucessão, também o conde de Povolide manifestou a sua opinião em relação às diversas sensibilidades da corte no tocante ao conflito ibérico. A suas *Memórias* são muito explícitas quando mencionam os elementos que se manifestaram a favor da aliança inglesa. Segundo este autor, os mais entusiastas eram aqueles que exerciam

funções no governo do reino como Mendos de Fóios⁷⁹ ou Roque Monteiro, apoiados pela "fradaria" e parte da nobreza.⁸⁰ Lamentavelmente, Povolide não mencionou os nomes, talvez por entre estes não houvesse gente de "qualidade". Paralelamente, as informações que transmitiu sobre os opositores da aliança inglesa foram muito semelhantes às Methuen.

Assim, parece possível afirmar que na corte existia, como já salientámos, uma facção fortemente crítica da adesão à Liga, embora seja pouco provável que, com excepção do Duque de Cadaval, tal posição significasse um grande empenhamento numa coligação com França. O que parece ter existido, entre os membros das elites cortesãs, como no governo, ou nos meios diplomáticos, foi uma certa ambiguidade e hesitações relativamente às posições a defender, bem como às alianças a firmar. Essa atitude manteve-se, ou até se agravou, nos anos subsequentes à assinatura dos tratados de 1703. De facto, ao longo do tempo que durou o conflito (1704-1713) Portugal nunca chegou a declarar guerra a França, embora as acções militares, marítimas e terrestres entre os dois países tivessem alcançado uma violência semelhante às das outras nações em guerra.

Outro aspecto fundamental que convém esclarecer, é sobre a posição fortemente anti-espanhola da população em geral que, a ser verdade, teria provavelmente facilitado a adesão à Aliança. Todavia, as atitudes tomadas durante a guerra pelos dois povos vizinhos demonstram que esse sentimento parece ter sido mais comum entre elites do que no povo,⁸¹ como provaria a relativa tolerância de comportamentos dos habitantes fronteiriços. Porém, em contraste com o comportamento raiano, há que salientar a violência exercida pelos exércitos portugueses, sobre espanhóis e dissidentes nacionais que os apoiaram, quando penetraram em território espanhol e alcançaram significativas vitórias.⁸²

Essa situação de vantagem militar, aliás, jamais foi prevista por qualquer dos elementos que se debruçou sobre a eventual participação de Portugal na guerra. Pelo contrário. As diversas opiniões e pareceres manifestados sempre apontaram como provável a vitória militar dos espanhóis e, nunca das forças portuguesas, mesmo sabendo que contariam com o auxílio dos aliados.

O outro erro cometido pelos analistas foi pensarem que o palco de guerra iria ser a Península Ibérica. Na verdade os aliados, ao invés do que sempre afirmaram, interessava-os menos a Sucessão espanhola, que a liberdade de navegação, de comércio e a arbitragem internacional. Assim, os anos de guerra seguintes iriam ser profundamente desmoralizantes quer para o Arquiduque, quer para Portugal. O primeiro, porque nunca foi socorrido pelos grandes generais que se notabilizaram no palco de guerra europeu, tais como, Malborough ou Eugénio de Sabóia. Portugal porque se viu desacreditado como potência militar auxiliar e a partir de certa altura, viu-se a braços com dificuldades económicas crescentes, sendo incapaz de conduzir a guerra, até no seu próprio território.⁸³

Com observámos, as negociações para a assinatura dos tratados de aliança em 1703 foram árduas e exigiram dos conferentes muita habilidade e determinação de modo a conseguirem ultrapassar divergências e dificuldades de última hora. Apesar do zelo com que obraram, anos mais tarde, em 1713, Portugal viu-se confrontado com uma dura realidade: a ausência de ratificação do tratado de liga

defensiva que celebrou com a Holanda, situação que o deixaria fragilizado para impor o pagamento dos subsídios de guerra.

Dificuldades como esta e outras, das quais podemos salientar a demora do Imperador em ratificar a aliança negociada por Waldstein, permitem-nos perceber que ao contrário do que se tem afirmado, esta aliança foi discutida ponto por ponto e tudo o que ficou consignado resultou de um trabalho aturado dos negociadores da parte portuguesa, que se confrontaram com homens experientes na arte de negociar e que dificilmente cederam às propostas apresentadas.

Os obstáculos que Portugal enfrentou, ao enveredar por uma política autónoma, parecem justificar as hesitações dos negociadores, mas David Francis aponta também a incapacidade governativa como fundamento da opção do monarca.⁸⁴

Pensamos ter alcançado o objectivo que nos propusemos. Ou seja explicar, os aspectos fundamentais da política interna que determinaram as opções de política externa, no início da Guerra da Sucessão. Simultaneamente dar a conhecer os motivos das hesitações de cada um dos intervenientes, num processo que decorreu entre 1701-1703 e que foi desde a aproximação a França até à integração da Grande Aliança. Das posições assumidas face à Guerra da Sucessão destacámos os officios dos embaixadores portugueses nas cortes europeias, que se pautaram, quase sempre, pela defesa da neutralidade, de início, e posteriormente pela integração na Grande Aliança. Em contraposição a estes apontámos as posições assumidas pelo conselho de Estado, cuja figura tutelar era o Duque de Cadaval, partidário da aproximação a França, tal como o marquês de Marialva e Conde de Viana O marquês de Alegrete e conde de Alvor, também conselheiros de Estado, que inicialmente hesitaram entre a manutenção aliança realizada com Luís XIV e a declaração de neutralidade, rapidamente enveredaram pela última solução.

Referimos também, que o monarca ao arrepio das decisões do conselho de Estado e exercendo o papel arbitral que lhe competia, acabaria por se inclinar pela Grande Aliança, sendo apoiado pelos marqueses de Minas e Anjega e pelos condes S. Vicente, Atalaia, Vila Verde, a quem ele entretanto nomeara conselheiros de estado.

Por fim, procurámos esclarecer algumas deturpações que se transmitem habitualmente sobre a diplomacia deste período, nomeadamente no que respeita aos interesses em jogo do Duque de Cadaval e do Marquês de Alegrete. De facto, uma afirmação de D. Luís da Cunha, nas *Memórias da Paz de Utrecht*, e nas várias relações de serviços que enviou para a corte,⁸⁵ relativamente ao tratado comercial de 1703 ou, como geralmente é conhecido, *Tratado de Methuen*, deu azo a que gerações de historiadores lançassem sobre o Marquês de Alegrete, e por extensão sobre o Duque de Cadaval, o anátema de terem feito uma aliança com Inglaterra a fim de protegerem os seus interesses pessoais, enquanto grandes proprietários.⁸⁶ Ora, como referimos, tanto Methuen como o embaixador imperial transmitiram para as cortes respectivas, que estes aristocratas dificultaram a realização da aliança, não havendo razão para as acusações e ficando para discussão futura a história dos interesses económicos em jogo nessa negociação, dado que o âmbito restrito deste artigo obriga-nos a deixar de lado essa temática.

Falta apenas referir que para compreendermos a diplomacia portuguesa ao

longo da Guerra da Sucessão de Espanha teríamos que avançar para o estudo do reinado de D. João V. Aí, devíamos analisar quais as linhas de continuidade que lhe mereceu à política externa e quais os aspectos de mudança mas, de novo, a limitação própria de artigos desta natureza impede-nos de prosseguir.

Texto anexo nota 68

Memórias de Frederico Torlados Pereira Azambuja, tio-avô de Luís Carlos Pereira D'Azambuja

"Logo que chegou a Lisboa João de Methuen tomou casas na rua dos Cabidos, vindo de S. Francisco para o Chiado, vizinhas do Conde de Atouguia e como trazia carta da Holanda do nosso D. Luís da Cunha para o Letrado Christovão Manoel Gomes da Palma, cuidou logo em procurá-lo e fazê-lo adjunto no trabalho da sua negociação, em que se empenhava o dito D. Luís da Cunha.

Foi a pressiciva diligencia que fizerão de comprar o Padre Sebastião de Magalhães, jesuíta,¹ confessor d'El Rei D. Pedro, o que conseguirão pela somma de 50.000 cruzados. E foi seguida a de comprarem o cocheiro² do Secretário d' Estado Roque Monteiro Paim pela quantia de 5\$ cruzados. Comprado este cocheiro, ajustarão com elle, que fizesse a carruagem quebrada, quando passasse pela Porta do dito Methuen, em que hião as duas mesmas filhas do Secretário d' Estado, o que elle executou; e vindo Methuen à porta atrahido da bulha do successo, que elle estava esperando, perguntou de quem erão as meninas, e as levou para dentro.

Sahio Methuen á porta com as meninas acompanhando-as até à mesma carruagem³ trazendo-as enfeitadas com muitos e riquissimos fios de perolas na cabeça, brincos, afogadores de brilhante, aneis etc. de sorte qui se disse então trouxeram as meninas em todo aquelle enfeite entre ambas mais de 30\$ cruzados. Roque Monteiro Paim, longe de estranhar este procedimento, foi no dia seguinte na sua carruagem de cerimónia agradecer aquelles brindes e dizem que trouxera dois caixotinhos de Cartunos (?) de Ouro, segundo o que julgão os creados pelo peso que sentirão na condução para carruagem: isto além so que elle levou em peças ricas. Comprou Methuen da mesma sorte o marquês de Alegrete,⁴ Manoel Telles da Silva que era muito pobre, tão bem se não sabe por quanto, que foi quem o Secretário d' Estado Roque Monteiro nomeou para assistir a fazer o tratado; o que fielmente executou muito á vontade do Mylord inglês. Comprou Mr. Methuen outras muitas pessoas⁵ e com todas deu em despesa ao parlamento 44 Mil moedas, não entrando aqui as jóias que trouxera de Inglaterra, que segunda sua conta, quando lhe fizerão cargo das despesas importarão/: disse assim, em mais de 216 mil cruzados, ou 24 mil libras esterlinas.

Logo em vertude das negociaçoens, e das compras dos Ministros e Fidalgos Validos e Camaristas d'El Rei pactearão os Ingleses e conseguirão o Tratado de 1703 e para elle ter o seu devido cumprimento, levantou-se a proibição dos panos de fora

derrubando-se a Real Pragmática de 1684, cuja resolução perdeu inteiramente as nossas fabricas [...]

Notas ao texto anexo nota 68

- 1 Este Padre era da Beira, aonde casou as duas sobrinhas dottadas cada hum com mais de 20.000 cruzados.
- 2 Este cocheiro foi para a sua terra e não quis mais servir em Lisboa.
- 3 Depois de concertada com cordas.
- 4 Alegrete sendo muito pobre porque tinha então muito pouca renda comprou então o grande Palácio de D. Fernando D'Eça.
- 5 O Duque e seus genros, Manoel Telles da Silva Marques de Alegrete e Bernardo Felippe de Neri de Tavora, Conde de Alvor. Estas sommas de dinheiro e jóias erão grandes por si mesmas, mas em 1703 ainda valião mais que agora. "fl322, 323.

Notas

- 1 Este trabalho é uma adaptação de um capítulo da dissertação de doutoramento, a apresentar na UNL, intitulada *O Conde de Tarouca e a Diplomacia Portuguesa na Época Moderna*.
- 2 *Op. cit.*, Barcelos, 1931
- 3 *Op. cit.*, FLL, Coimbra 1973.
- 4 Evidentemente que poderíamos citar outros autores, igualmente importantes, como Teixeira de Sampaio ou David Francis, que estudaram o tratado de Methuen, ou a Guerra da Sucessão na Península; todavia optámos por referir somente as obras directamente relacionadas com a prática diplomática em Portugal e direccionadas para a formação de alianças político-militares, deixando de lado o estudo das alianças comerciais.
- 5 *Op. cit.*, Civilização, Porto, 1938.
- 6 *Op. cit.*, Resistência, Lisboa 1980.
- 7 *Op. cit.*, Aillaud, Paris, 1845.
- 8 *Op. cit.*, Tip. J. Pinto, Lisboa, 1937.
- 9 Por diplomacia entendemos o estudo das técnicas, métodos e ideias que estão subjacentes à negociação de tratados e que conduzem à paz. Por política externa, entendemos o estudo das ideias políticas (soberania externa, fronteira, limites, direito de representação) subjacentes às relações entre comunidades políticas organizadas, no quadro de um território, ou seja entre Estados e que podem conduzir à paz ou à guerra.

- 10 José Soares da Silva, *Gazeta em Forma de Carta*, Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 15.
- 11 Henry Kamen, *Felipe V, El Rey Que Reinó dos Veces*, Madrid, Temas Hoy, 2000, p. 17 (tradução nossa).
- 12 A Inglaterra e Holanda chegaram a reconhecer Felipe V, como aliás fez notar D. Luís da Cunha ao soberano inglês.
- 13 Exigia a aliança que o Bourbon espanhol renunciasse à coroa de França e que os Países Baixos fossem evacuados.
- 14 Luís XIV desde Ryswick fora impedido de impor a hegemonia francesa. A sucessão de Espanha dava-lhe nova oportunidade de dominar o Atlântico, o Mediterrâneo e a Itália espanhola.
- 15 José da Cunha Brochado (1651-1733). Formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real, do Conselho da Fazenda Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, chanceler das Ordens Militares, juiz do cível e mais tarde desembargador. Nomeado para Paris em 1695, como secretário da embaixada, para acompanhar o Marquês de Cascais na sua qualidade de jurista, Brochado deixou para trás o cargo de desembargador da Relação do Porto. Em 1698 quando o marquês Cascais se viu obrigado a abandonar o cargo, devido uma dívida de jogo contraída em Paris, conseguiu ser nomeado Enviado especial na mesma corte, ocupando o lugar até Maio de 1704, altura em que o abandonou, devido ao alinhamento de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha, ao lado de Inglaterra, Holanda e Império. O gosto que adquiriu pela diplomacia, a formação e experiência que detinha como jurista, fizeram-no sempre aspirar a uma nomeação com de grau de representação superior ao de Enviado, mostrando-se sempre melindrado com os lugares que lhe foram atribuídos (o Enviado era um Ministro de segunda ordem, embora protegido pelo Direito das Gentes) e reconhecendo que para ter mais destaque precisaria de pertencer a uma grande Casa titular, em vez de descender de um modesto tenente governador do Castelo de S. Jorge. Profundo conhecedor da actividade diplomática, como demonstra a obra "*Discurso Político que fez José da Cunha Brochado, Enviado dos Sereníssimos Reis de Portugal D. Pedro II e D. João V,*" (1711), manteve constante correspondência com D. Luís da Cunha, tendo em 1698 enumerado as qualidades que deviam reunir os diplomatas (*Memórias de José da Cunha Brochado*, França Amado, Coimbra, 1909, p. 45). A estadia em França permitiu-lhe observar os costumes da corte e analisar as normas do cerimonial dos diversos embaixadores aí acreditados, retirando os ensinamentos práticos para o futuro da diplomacia portuguesa
- 16 O pretexto invocado foi o incumprimento por parte de França do estipulado no tratado, no tocante à defesa.
- 17 Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor (1636-1720). Valido de Afonso VI, saiu do reino quando D. Pedro II assumiu a regência. Esteve exilado em Paris, Sabóia, Turim e mais tarde Londres, onde, desde 1677, assistiu à rainha D. Catarina. Regressou ao reino em 1687, tendo inicialmente fixado residência em Pombal. Pouco tempo depois era-lhe permitido viver em Lisboa, recuperando algum do seu anterior prestígio. À data das negociações tinha 67 anos.

- 18 "Le Comte de Castelmelhor, grand homme, que la plus-part des portuguais regardent comme l'unique tête capable de redresser l'état caduc du royaume, se souvenant toujours de la prospérité de son ministère[...] Les jésuites sont fort portés pour le Comte, à cause qu'ils le connoissent affectionnés à la France[...]". (E. Prestage, *Memórias Sobre Portugal no Reinado de D. Pedro II*, Arquivo Histórico de Portugal; II, Lisboa, 1935, . p. 19.)
- 19 BN, Cod. 7.987, fl. 71 e seg., *Parecer do Conde de Castelo Melhor sobre Proposta Britânica em 1702, para Portugal entrar na Liga*.
- 20 *Idem*.
- 21 France and Spain are, as it were, the scale in the balance of Europe, and England the tongue of the holder of the balance", (W. Camden, citado por E. Luard, em *The Balance of Power. The System of International Relations 1648-1815*, Hampshire, Londres, 1992, p. 5).
- 22 *Monarquia universal ou universitas christiana*, que assentava na existência de uma garantia única, universalmente válida para todos.
- 23 Enviado na Holanda entre 1694-1709. Missão extraordinária à Áustria em 1698. Pela documentação consultada (ANTT, *Mercês de D. Pedro II*, L7, fl. 366, *Habilitações a Familiares do Santo Officio*, Dil. 1694, m.º106) sabemos que é filho de Manoel de Sousa Pacheco. O irmão de Filipe de Sousa Pacheco era natural de Lisboa e teria servido a casa real durante 13 anos (1677-1691), primeiro como soldado da 3.ª guarnição de Cascais e da Costa, mais tarde como capitão de Mar e Guerra da fragata de S. Benedito. Segundo a relação de serviços embarcou em 13 armadas, esteve no Estreito, Sabóia e Mazagão. Na altura em que faleceu, 1691, deixou a tença de 380.000 crz. ao seu herdeiro universal, Francisco de Sousa Pacheco. Três anos depois este embarcava para a Holanda como Enviado, o que não deixa de ser interessante, já que parece ter tido influência na sua nomeação os meios económicos que passou a dispor. Na qualidade de Enviado foi referido no livro das Mercês de D. João V (L. 3. fl 126), em 1709, ao ser-lhe concedida autorização para receber a capela a que renunciou a religiosa do concelho de Castanheira, Joana Gloria. Na referida mercê refere-se Francisco de Sousa Pacheco como fidalgo da Casa de Sua Magestade.
- 24 Sempre que utilizarmos este termo, referimo-nos a qualquer representante diplomático: Embaixador, Embaixador Extraordinário, Embaixador Plenipotenciário, Embaixador Residente, Embaixador Itinerante; Enviado e Ministro Público. O termo oficializa-se no domínio das relações internacionais a partir do século XVIII.
- 25 "Un ambassadeur habile peut découvrir dans une cour, ce qu'on cache à son Maître dans une autre.", (Jean Baptiste Robinet, *Dictionnaire Universel des Sciences, Morale, Économique Politique et diplomatique ou la Bibliotheque de L'Homme d'État et du Citoyen*, Londres, 1777, pp. 623-659).
- 26 *Op. cit.*, 1931
- 27 Carta de J.C. Brochado ao confessor de D. Pedro II, Pe. Sebastião de Magalhães, (Damião Peres, *op. cit.*, 1937, p. 97 nota 1).
- 28 *Idem*, p. 47, nota 1.
- 29 "Comtudo sendo o dito senhor servido querer-nos ouvir sobre esta materia lhe

representaremos que ainda o espirito dos Inglezes ou da facção que governava não estava desposto a declarar guerra a França e apoiar o direito da caza da Austria, era muito provavel que ElRey Guilherme superasse todas as deficuldades com que os Tories lhe embaraçavão o rompimento em cujos termos se S. Magestade empregasse o seu poder em preparar bem huma Armada athe 20 Naus o que havia de despende em levantar e entreter hum exercito para ficar seguindo, e sustentando a cauza de huma das duas partes, nenhuma lhe convinha mais declarar queria ficar neutro, ou melhor dizer vender a mesma neutralidade a quem lhe fizer melhor conveniencia. Pois era certo que estando bem armado por mar e não podendo alguma das Potencias conseguir a sua aliança estimarião muito poderem se segurar da sua inacção, porque não se juntasse ao partido contrario." (D. Luís da Cunha, *Memórias da Paz de Utrecht*, Rev. de História, Lisboa, 1931, pp. 64-65).

- 30 B. P. A., Ms 49-XI-06. *Tradução e Paraphrasi dos Tratados de Paz e de Comércio Celebrados em Utrecht, Baden e Anvers*. p. 307.
- 31 Sobre os paradigmas políticos no Antigo Regime—*tradicional* (corporativo e pluralista) e *moderno* (individualista, voluntarista e mecanicista) veja-se, António Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1992, p. 24 e seg. O modelo *jurisdicionalista*, subjacente ao pensamento tradicional, entende o poder como uma acção orientada para resolução de conflitos; e à concepção *corporativa* de sociedade subjaz a ideia que um Príncipe poder conduzir o corpo social porque representa a sua unidade e ordem.
- 32 Veja-se, Nuno G. Monteiro, *História de Portugal*, Presença.; As *Memórias* de Pietro Francesco. Viganego, *Ao serviço da França na Corte de D. João V*, Lisboa, Lisóptima, 1994, e as do Conde de Povolide, Tristão da Cunha Ataíde, *Portugal, Lisboa e a corte nos reinados de D. Pedro II e de D. João V*, Chaves Ferreira, 1990, que identificaram os elementos mais destacados da corte de Lisboa segundo os seus alinhamentos internacionais.
- 33 O Duque de Cadaval, Mordomo Mor da rainha e conselheiro de Estado, era considerado a pessoa mais poderosa do país "Du Duc de Cadaval parent du roy, grande renard, qui sous equipage ridicule et sous le honteux ministère qu'il exercé de barbier, d'apotecaire et de bouffon, cache un grand fond d'une ambition dangereuse, qui meritoit bien que le Roy fit un peu de réflexion, amy de France par sa femme et, seulement autant qu'il peut en avoir besoin" (E. Prestage, *Memórias sobre Portugal no Reinado de D. Pedro II*, Arquivo Histórico de Portugal; II, Lisboa, 1935, p. 18).
- 34 3.º Marquês de Marialva, D. Pedro António de Menezes, 1658-1711.
- 35 1.º conde de Viana, filho de D. Rodrigo de Menezes, secundogénito da Casa Marialva, recebeu o título conde de Viana por ser valido de D. Pedro II. Ver Nuno G. Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, (1750-1832), p. 184.
- 36 1.º conde de Alvor, D. Francisco de Távora, 1646-1711. "C'est le plus jeune et le dernier en rang et en crédit, mais non en capacité [...] et affectionné à la France par l'engagement d'y avoir été envoyé". (E. Prestage, *Memórias sobre Portugal no Reinado de D. Pedro II*, Arquivo Histórico de Portugal; II, Lisboa, 1935, p. 18).
- 37 Ver, Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento*[...], Coimbra, 1973, p. 207 e p. 248.

- 38 Há também outras razões para esta acusação e prendem-se com a actividade diplomática de Tarouca durante o congresso de Utreque e depois com o apoio que deu ao Infante D. Manuel quando este foi combater os turcos ao lado do Imperador (1717).
- 39 As facções aristocráticas a que nos referimos são as que agruparam alguns membros da corte e do governo do reino, quando se discutiu a participação de Portugal na guerra de Espanha, (Conde de Povolide, *op. cit.*). Seria necessário conhecer as suas posições sobre algumas questões de política interna, para verificar se estas eram estáveis ou pontuais.
- 40 O padre Magalhães, nasceu em Tanger, em 1635 e faleceu em S. Roque em 1709. Filho de Manuel Sousa Magalhães e de Antónia Fernanda Araújo. Quando frequentava a Universidade de Coimbra, em 1655, ingressou na Companhia de Jesus. Leccionou em Évora e depois no Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde se destacou como reitor. Foi Preposito da Casa professa de S. Roque de Provincial e confessor do rei. (Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Chronológica na qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que Compuserão Desde o Tempo da Promulgação da Ley da Graça até o Tempo Presente*, Atlântida ed. Coimbra, 1965-1967, Vol. III, p. 691). À data das negociações, em 1703, tinha 68 anos.
- 41 Roque Monteiro Paim. Nasceu em Lisboa em Maio de 1643 e faleceu em Alcântara em Julho de 1706. Filho de Pedro Fernandes Monteiro e de D. Constança Paim. O pai fora desembargador do Paço, juiz da Inconfidência, ministro da Junta de Despacho, Comendador da Ordem de Cristo. Roque Monteiro Paim obteve o grau de Doutor pela Faculdade de Direito de Coimbra aos 19 anos. Em 1661 leccionava no Colégio de S. Paulo, pouco tempo depois transitou para a Relação do Porto e para a Casa da Suplicação em 1666. Com a regência de D. Pedro tornou-se secretário do rei e do conselho. Exerceu as funções de juiz da Inconfidência, tal como seu pai. Pertenceu ao Conselho da Fazenda, foi Ouvidor da Casa de Bragança e serviu nas secretarias de Estado, Mercês e Assinatura. Casou as filhas, a primogénita, com o 1.º conde de Atouguia, feito o conde de Alva e a segunda com o 2.º conde de Redondo. (Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. III, p. 657). À data das negociações, 1703, tinha 60 anos.
- 42 É interessante verificar que os Enviados pertenciam todos, aproximadamente, à mesma geração D. Luís da Cunha (40 anos), Diogo de Mendonça Corte Real (45 anos) e um pouco mais velho, José da Cunha Brochado, (51 anos); de Francisco de Sousa Pacheco não conhecemos a data de nascimento, mas à data do seu falecimento, em 1709, um comentário do Conde de Tarouca revela ter sido o seu fim prematuro; Paralelamente verificamos que os conselheiros de estado rondavam idades compreendidas entre 60 e 65 anos.
- 43 *The First Peninsular War, 1702-1713*, Ernest, Ben Limited, London, 1975.
- 44 O conde Melgar, almirante de Castela, como muitos aristocratas espanhóis, recusou ser uma figura de segundo plano depois da chegada de Felipe V e da sua corte. É particularmente curiosa a sua posição sobre a missão de embaixador em Paris que lhe foi atribuída por Felipe V. O conde considerava-a pouco prestigiante e não honrando o seu carácter e grandeza, o que de certa forma é explicável, pois

em época de guerra os Grandes de Espanha, ou de Portugal, costumavam servir no exército e não nas embaixadas, Ver, L. F. Almeida, *A colónia do Sacramento* [...], Coimbra, 1973, p. 241.

- 45 Na Europa, ao longo do século XVII e primeira metade do XVIII, o rei detinha uma autoridade indiscutível em política externa. Todavia em Portugal, as características próprias do reinado de D. Pedro II tinham transformado o Conselho de Estado num órgão muito activo em matéria de política interna e externa. Assim, a posição do rei, que parece ignorar o conselho, surge como singular no contexto de então.
- 46 Conforme referimos as opiniões transmitidas foram diferentes consoante a época. Primeiro, os diplomatas manifestaram-se a favor da neutralidade, mas aos poucos foram encontrando argumentos para Portugal romper com França e passar a apoiar a Grande Aliança. Ver, I. Cluny, *D. Luís da Cunha* [...], p. 69 e seguintes.
- 47 *Manifesto de elrei D. Pedro II, Maio de 1704*, Visconde Borges de Castro e Julio Firmino Biker, *Suplemento à colecção dos tratados convenções e contratos* [...] Imprensa Nacional., Lisboa, 1873, Tomo X, p. 39 e seg. Segundo a *Gazeta em forma de carta de José Soares da Silva*, este manifesto era da autoria de António Roiz da Costa, homem muito próximo do 1.º Marquês de Alegrete e de seus filhos Conde de Vilar Maior e Conde de Tarouca.
- 48 *Idem, ibidem.*
- 49 *Idem, ibidem.*
- 50 Ver Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II*, 1968, p. 310 e C. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*, S. Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1969, p. 81. Agradecemos ao Doutor Tiago Miranda as informações sobre a entrada do ouro brasileiro em território nacional a partir de 1703
- 51 D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval, (1638-1727). Participou na deposição de D. Afonso VI. Durante a regência e reinado de D. Pedro II, foi Mordomo-Mor, do Conselho de Estado, Presidente da Junta do Tabaco, Embaixador em Turim, Presidente do Desembargo do Paço, Mestre Campo-General. Casado três vezes, os dois últimos matrimónios ligaram-no à casa Lorena. Em 1703 tinha 65 anos.
- 52 BN. Cod 749, p. 39 (Ana P. Oliveira Antunes, *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1683-1727)*, Vol. II, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, FLL.)
- 53 Karl, Ernst, conde de Waldstein, embaixador imperial, esteve em Portugal entre 1701-1703. Quando deixou Lisboa rumo a Londres, a bordo de um barco holandês, foi aprisionado no alto mar, juntamente com toda a família, sendo levado para Toulon e depois Vincennes. Preso durante dez meses, foi acumulado de honras ao regressar a Viena, tendo sido feito marechal da corte do Imperador em 1705.
- 54 Arq. Casa Cad. Cod. 872-KVII pp. 221v.º e 222, Ana P. Oliveira Antunes, *op. cit.* vol. II.
- 55 Natural de Lisboa, José de Faria era filho de Manuel Faria, escrivão do Juízo eclesiástico e Maria Nogueira. Frequentou Direito Civil na Universidade de Coimbra. Fidalgo da Casa Real, Desembargador da Casa da Suplicação, Conselheiro do Conselho da Fazenda, foi Enviado em Espanha (1688) e Inglaterra. (1681-85). Secretário da Assinatura de D. Pedro II, secretário de Estado, cronista-Mór do Reino, Guarda-Mór da Torre do Tombo (1695), morreu em 1703.

- 56 Como confirma Caetano de Sousa, na *História Genealógica*[...], Vol, IX, p. 182. Segundo afirmou a opinião do Duque de Cadaval era muito considerada na Europa. O mesmo referiu Soares da Silva na *Gazeta em Forma de Carta*, p. 13.
- 57 Arq. Casa Cad. Cod. 869-h, p. 66, (Ana P. Oliveira Antunes, *op. cit.* p. 120).
- 58 David Francis, *The First Peninsular War, 1702-1713*, p. 61
- 59 *Op. cit.* p. 61
- 60 *Idem*, p. 66.
- 61 Segundo alguns testemunhos da época este era nitidamente pró-francês embora, fosse acusado, a partir de certa altura, pelo embaixador de França de ter sido subornado pelos ingleses.
- 62 L. F. Almeida, *A Colónia do Sacramento* [...] p. 245. O cônsul era De Lescolle.
- 63 Tristão da Cunha Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e de D. João V*, Chaves Ferreira, 1990, p. 146.
- 64 " Il faut se ménager particulièrement avec le Secrétaire d'Etat Mendo de Foyos Pereira et tâcher d'être bonne intelligence avec luy. C'est un homme de basse naissance, très habile pour écrire un billet fleurayé à quelque religieuse, mais au reste d'une capacité médiocre [...] comme il a de sentiment peu nobles, il est en homme à se vanger d'un mécontentement particulier[...]", cf. E. Prestage, *Memórias sobre Portugal no Reinado de D. Pedro II*, Arquivo Histórico de Portugal; II, Lisboa, 1935, p. 17.
- 65 David Francis, *The First Peninsular War*, p. 66.
- 66 Segundo Povolide por ter votado ao lado dos conselheiros de Estado relativamente à questão da mudança de alianças. Cf. Tristão da Cunha Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e de D. João V*, p. 152.
- 67 Haveria no século XVIII quatro categorias de Estados na Europa: 1.º os que podiam fazer a Guerra sem recorrer a apoios externos (França e Inglaterra); 2.º os que tinham de pertencer a coligações (Áustria, Rússia, Prússia, Espanha.); 3.º os que serviam como forças de apoio e em caso de conflito podiam fornecer contingentes auxiliares (Portugal, Sardenha, Suécia; Holanda e principados do Império); 4.º os que não tinham nenhuma força real. Cf. Jurgen Voss, *Johann Daniel Shöpflin (1694-1771)*, Munchen, 1979.
- 68 Veja-se no final deste artigo e excerto *das Memórias de Frederico Torlados Pereira Azambuja, tio-avô de Luís Carlos Pereira D'Azambuja*.
- 69 *Espions et Ambassadeurs*, Fayard, Paris, 1991.
- 70 Segundo ao autor houve prendas sem importância para os filhos do marquês de Alegrete e para as sobrinhas do confessor, bem como um equipamento de campanha para o marquês de Minas. Na sua opinião tudo pequenas coisas que poderiam olear a máquina, mas pouco mais que isso. David Francis, *op. cit.*, p. 66. Lúcio de Azevedo na obra *Épocas de Portugal Económico* tem diferente opinião, afirmando mesmo que o marquês depois desta negociação comprou um palácio.
- 71 *Op. cit.* p. 246, nota 18.
- 72 Referia-se a D. Luís da Cunha, embaixador em Londres e Francisco de Sousa Pacheco, embaixador na Holanda.
- 73 David Francis, *op. cit.* p. 69.
- 74 As dificuldades eram imensas com atestam as *Memórias* de Povolide: "El Rey

- Nosso Senhor ordenou ao Conde de Assumar, seu Veador, assistisse a Carlos 3.º, porém o País não podia sustentar tanta gente e tantos cavalos, e se extinguirão quantas coisas comestíveis havia em toda a província, que só com Carlos 3.º e a sua comitiva se gastarão cinco mil galinhas, de todas as partes vinha tudo o que havia, sem muito trabalho porque tudo mandava pagar El Rey Nosso Senhor pelo que pedião os vendedores e assim ficou a província cheia de dinheiro mas não havia que comer, principalmente para a cavalaria[...] e tãobém não havia pã porque por falta de água, com a seca não moião os moínhos, os soldados adoecião e morrião ao desamparo." (*op. cit.*, p. 167).
- 75 Os conselheiros de Estado eram o Duque de Cadaval, que tinha na altura 65 anos, o Marquês de Alegrete com 60 anos, o conde de Alvor com 57. Os Conselheiros de Guerra que aprovaram a decisão de Portugal aderir à Grande Aliança (segundo Povolide) eram o Conde de Atalaia, o Marquês de Minas com cerca de 70 anos e o Conde de S. Vicente. O Conde de Galveias que tinha então 80, não parece ter manifestado a sua opinião, tendo o seu filho sido enviado a Roma. Curiosamente parece que o M. de Minas, e os condes de S. Vicente e Atalaia seriam posteriormente nomeados conselheiros de Estado, tendo votado a favor da Grande Aliança. Cf. Tristão da Cunha Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e de D. João V*, p. 152.
- 76 A luta entre os que possuíam poder político, porque integravam o Conselho de Estado e os que tinham poder militar, porque pertenciam ao Conselho de Guerra era patente no início do conflito. Uma curiosa referência de Povolide sobre a contenda entre o Conde de S. Vicente e o Marquês de Alegrete ilustra precisamente essa situação. "O Conde de S. Vicente, General da Armada dizia que o marquês de Alegrete não lhe havia de dar ordens, nem ele obedecer-lhe [...] nem o marquês era soldado para saber o que havia de ordenar pelejando-se dentro do rio". Cf. Tristão da Cunha Ataíde, *op. cit.* p. 144. Vide, também, Virginia Leon Sanz, *Entre Austrias y Borbones: El Arquiduque Carlos y la monarquía de España (1700-1714)*, Madrid, Sigilo, 1993, p. 29.
- 77 Apesar das chefias militares terem sido salvaguardadas no tratado de 1703 com a Liga, é um facto que o Conselho de Guerra de Carlos III era na primeira fase (1704-1708) composto por nove elementos e desses apenas dois eram portugueses, respectivamente o Conde de Assumar, embaixador de Portugal junto da corte do arquiduque e o Marquês de Minas velho, que em 1708 acabaria sendo substituído pelo conde de Atalaia novo, a quem Carlos III protegeu.
- 78 David Francis, *op. cit.* 93, p. 156 e Tristão da Cunha Ataíde, *op. cit.*, p. 206.
- 79 Chamo de novo a atenção que Mendos de Fóios foi considerado um apoiante da aliança com França. Ver L. F. Almeida, *op. cit.* p. 205, 227.
- 80 A nobreza assume esta posição após a chegada do Almirante de Castela, não sendo alheia ao facto a necessidade de engrandecimento na guerra e a possibilidade de receber novos títulos.
- 81 Na *Gazeta em Forma de Carta* o autor ataca violentamente o comportamento das milícias aliadas, afirmando que deixava más recordações a sua heresia e "borracheira", de sorte que nas estradas os passageiros e nas vilas os moradores, passam e vivem com grande cuidado[...] isto he por não queixarmos som. te das extorsões dos enem. os". (*op. cit.*, BN. Lisboa, 1933, p 34.)

- 82 David Francis, *op. cit.* p. 28. Até á batalha de Almanza, em 1707, os Aliados conseguiram alcançar vitórias na Península Ibérica. Posteriormente deu-se uma viragem a favor do bloco Bourbon que não se alteraria até ao final da guerra.
- 83 Apesar da entrada de remessas de ouro a partir de 1703, as dificuldades que o país atravessou foram enormes. Os subsídios acordados pelos aliados no Tratado da Liga não foram pagos atempadamente (a Holanda não pagava desde 1706) e o esforço da diplomacia portuguesa a partir de 1709 centrou-se justamente nesta questão. A nomeação do conde de Tarouca para Londres tinha por objectivo, entre outros, resolver o pagamento dos subsídios britânicos, holandeses e imperiais em atraso. De salientar, porém, que o embaixador austríaco junto a Carlos III, Sinzendorff, recusou a dívida da sua corte, alegando que Portugal não cumprira o estipulado no Tratado de Aliança relativamente ao número de efectivos na guerra, razão pela qual não só não pagavam os subsídios estipulados, como consideravam que Portugal deveria ser obrigado a devolver os que recebera.
- 84 "The treaties had become very costly, and the portuguese had taken full advantage of the divergences between the allies to secure better terms, though in fact they were equally dependent on the sucess of the negotiations with one or other side, for their experiences in the preceding years had thaugh them that their ressources were insufficiente to support an independent policy. [...] (the king) had come to the conclusion that the only means to maintain a large army was to use the ressources of one of the great powers. His mistake was to seek quantity rather than quality". Cf. Francis Davis, *op. cit.*, pp. 76-77.
- 85 Ao explicar os seus serviços D. Luís da Cunha valorizou a sua oposição ao levantamento da proibição de entrada dos panos estrangeiros e fez notar que Methuen recorreu ao Marquês de Alegrete para conseguir que o embaixador defendesse essa solução e concluiu: "mas a conveniencia de dar melhor sahida aos vinhos, de que se compunhão as rendas de alguns senhores, pareceu mais forte, que a augmentação e concervação das nossas manufacturas". Cf. D. Luís da Cunha, *Breve Relação dos serviços de D. Luiz da Cunha*, ANTT, Min. do Reino decretos, m.º6, n.º22.
- 86 Concluídos os tratados da liga o Marquês de Alegrete foi encarregado de conduzir as negociações que viriam a dar lugar ao Tratado de Methuen e datado de Dezembro de 1703. A negociação muito estudada à luz dos interesses económicos que despoletou, merece ser analisada pelo prisma dos interesses políticos das facções aristocráticas em luta, o que procurei fazer no capítulo 6 da primeira parte da dissertação de doutoramento mencionada no início deste artigo.